

“Ideologia de gênero”



“Ideologia de gênero”

Gênero: *“conjunto de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anátomo-fisiológica e que dão sentido aos impulsos sexuais, a reprodução da espécie humana e, de forma mais geral, as relações entre as pessoas (...) são tramas de relações sociais que determinam as relações entre os seres humanos como indivíduos sexuados. (Barbieri, 1991, p. 30)*

O termo “ideologia de gênero” apareceu pela primeira vez no Brasil no dia 14 de julho de 2003. Em discurso no plenário da Câmara, o deputado federal Elimar Máximo Damasceno, do Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), um partido inspirado pelo movimento integralista (conferir verbete "Patriotismo") disse:

A palavra “gênero” sempre foi usada para designar sexo. (...) Agora, a expressão “gênero” adquiriu outro significado, dentro de uma “ideologia de gênero”. Gênero seria o papel desempenhado por um dos sexos, não importando se nasceu homem ou mulher (...) Vejam, Srs. Deputados, que se trata de mais um eufemismo para encobrir os desvios da conduta sexual.

Quatro anos mais tarde o termo “ideologia de gênero” ganhou mais destaque no cenário político brasileiro e da América Latina. Em 2007, o documento final da reunião do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), realizada na cidade de Aparecida com a presença do Papa Bento XVI, recomendou o firme combate à “ideologia de gênero”.

O uso de “ideologia de gênero” se intensificou ainda mais no Brasil durante debates sobre o Plano Nacional de Educação 2014-2024. A inclusão da igualdade de gênero e da diversidade sexual nas escolas foi objeto de ataques sistemáticos por parte de um núcleo cristão conservador, já então associado ao Movimento Escola sem Partido (MESP). Essas ofensivas contra o conceito de gênero teriam efeitos duradouros. Em 2011, Jair Bolsonaro, como deputado, foi o primeiro político a usar o termo “*kit gay*” para atacar os vídeos produzidos pelo Ministério da Educação (MEC) para distribuição em escolas.

Na campanha de 2018, Bolsonaro usou o “*kit gay*” para acusar o candidato Fernando Haddad de promover a “ideologia de gênero”. Já eleito, em seu discurso de posse, afirmou que essa “ideologia” seria combatida em seu governo. Desde 2019, esse repúdio a gênero tem sido traduzido em políticas públicas, como bem ilustra o relatório *Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de estado, legislação, mobilização social*, produzido por diversas associações da sociedade civil e publicado em 2021.

“Ideologia de gênero”

Na última década, “ideologia de gênero” ganhou enorme visibilidade e peso político no Brasil, mas não é uma invenção brasileira. Desde os anos 1990, o bordão “ideologia de gênero” tem sido cada vez mais usado pelas forças do campo conservador em muitos contextos que se mobilizam contra a igualdade de gênero, os direitos reprodutivos e sexuais e os direitos LGBT+. Em 2013, por exemplo, quando o Plano Nacional de Educação era atacado no Brasil, mobilizações e discursos contra o gênero aconteceram na França, na Croácia, no Equador e na Assembleia da Organização dos Estados Americanos. Em todos esses casos, “ideologia de gênero” foi usada para provocar medos e rejeição em torno dessas questões.

A INVENÇÃO DE UM ESPANTALHO

A invenção da “ideologia de gênero” vem de longe. A pesquisadora Mary Anne Case, por exemplo, resgatou escritos do Cardeal Joseph Ratzinger que já nos anos 1980 repudiavam a transexualidade como uma perversão decorrente da luta feminista pelo direito à anticoncepção e ao aborto. Em 1985, por exemplo, Ratzinger escreveu que

"Desvinculado da fecundidade, o sexo deixa de ser uma característica determinante, ou seja, uma orientação primitiva e radical do que é ser uma pessoa. Homem? Mulher? Essas são questões que parecem obsoletas, sem sentido, até mesmo racistas. A resposta do conformismo atual é previsível: “se alguém é homem ou mulher, pouco interessa, pois somos todos simplesmente humanos.” Isso, na verdade, tem consequências graves embora pareça à primeira vista bonito e generoso. (Ratzinger & Vittorio, 1985, p. 95 apud Case 2011, p. 815-816)."

A feminista Sonia Corrêa conta que nas reuniões preparatórias para a IV Conferência Mundial da Mulheres, que aconteceu em Pequim em 1995, ONGs da direita religiosa estadunidense e representantes de estados islâmicos e latino-americanos e a Santa Sé exigiram a exclusão do termo gênero do rascunho da Plataforma de Ação, então sendo negociada. Meses depois, durante a conferência, o uso do termo foi objeto de reservas por parte do Vaticano e do Paraguai.

A fórmula “ideologia de gênero” seria inventada depois desses eventos. Apareceu pela primeira vez no livro publicado em 1997 pelo monsenhor belga Michel Schooyans. Recuperando ideias de Ratzinger dos anos 1980, Schooyans afirma que o objetivo final do feminismo seria abolir as distinções de classe. O que seria conseguido, segundo ele, com a abolição das diferenças entre homens e mulheres. Para o autor, a “ideologia de gênero” é uma nova versão da “ideologia socialista em sua forma marxista” (conferir os verbetes "Ideologia" e "Marxismo Cultural").

“Ideologia de gênero”

Essa ligação entre feminismo e marxismo também aparece no livro *Agenda de gênero* da jornalista estadunidense Dale O’Leary, também publicado em 1997. A autora não utiliza o termo “ideologia de gênero”, mas sim “feminismo de gênero”. Para ela, o conceito de gênero é uma estratégia para maquiagem um projeto totalitário de destruição da heterossexualidade e redução da natalidade no mundo. Seus argumentos foram retomados, um ano mais tarde, num documento contra a “ideologia de gênero” publicado por bispos peruanos.

Os mesmos argumentos foram repetidos por outros autores regionais. Um deles é Jorge Scala no livro *Ideologia de gênero: Neototalitarismo e a destruição da família*, publicado em 2010 na Argentina e logo traduzido para o português. Em 2016, os também argentinos Agustín Laje e Nicolás Márquez publicaram *O livro negro da nova esquerda*, que é muito lido no Brasil. Segundo esses dois livros, a teoria feminista do gênero é uma versão mascarada de marxismo. Para provar isso, Laje e Marquez recuperam, inclusive, registros trágicos de regimes socialistas autoritários, em particular o stalinismo.

Embora gestadas em berço católico, as forças que mobilizam campanhas antigênero são heterogêneas e mutáveis. São como hidras de muitas cabeças que se alimentam de diferentes fontes ideológicas. No Brasil, assim como no resto da América Latina, estão assentadas sobre redes mais antigas de oposição ao direito ao aborto. Seu núcleo central é tanto católico (em geral integrista) como evangélico fundamentalista. Ao seu redor, circulam atores seculares (ou aparentemente seculares) muito variados: pessoas da carreira política, membros de corporações profissionais (sobretudo nas áreas de saúde e direito), empresárias, empresários, institutos e ativistas neoliberais e grupos libertários de direita, mas também militares e grupos fascistas. Mais recentemente, correntes feministas que criticam o conceito de gênero e são contra direitos das pessoas trans passaram a circular nessa mesma ecologia. Nesse cenário, o repúdio ao gênero funciona como uma cola simbólica agregando forças e sujeitos muito díspares em torno de “inimigos comuns”: a “desordem do gênero”, as feministas e os direitos LGBTQ+, especialmente das pessoas trans.

CONCLUSÃO

É preciso entender que “ideologia de gênero” não tem nada a ver com o que se pensa e se pesquisa no campo de estudos de gênero ou com políticas de igualdade de gênero. O conceito de gênero explica como discursos, práticas, símbolos e normas, criadas pelas sociedades a partir da diferença sexual biológica, produzem desigualdades. O conceito de gênero não nega o sexo, mas pergunta como a diferença

“Ideologia de gênero”

sexual é construída em diferentes momentos históricos e sociedades diversas. Nas sociedades modernas, por exemplo, a lei e a medicina são fontes, nem sempre reconhecidas, de definição do gênero.

Portanto, a “ideologia de gênero” é uma estratégia para desqualificar teorias, leis e políticas públicas que contestam desigualdades, exclusões e violências, sejam elas entre mulheres e homens, sejam elas decorrentes das normas impostas pela heterossexualidade. Sônia Corrêa e Isabela Kalil definem “ideologia de gênero” como categoria de acusação que recorre à concepção marxista de ideologia como falsificação (conferir verbete “Ideologia”), para afirmar que tanto o feminismo como o gênero são enganosos, pois clamam pela igualdade entre homens e mulheres para apagar a diferença sexual “natural”, destruir a família e produzir desordem social.

A associação recorrente entre “ideologia de gênero”, comunismo, marxismo cultural, globalismo, cidadão de bem, patriotismo etc. é estratégia compartilhada por neoconservadores religiosos e forças da nova direita em vários lugares do mundo, especialmente na América Latina e Europa. Apesar da grande diversidade dos atores envolvidos, o repertório sobre “ideologia de gênero” a que recorrem é sempre o mesmo. “Ideologia de gênero” é o que a socióloga Dorothy Smith (1993) chama de código ideológico. Assim como o código genético, o “código ideológico” também se multiplica por si próprio em diferentes lugares e momentos, produzindo formas e conteúdos que, aos poucos, se tornam “verdades” ou “realidades”.

É assim que o espantalho da “ideologia de gênero” se replica. Quando entendemos isso, podemos questionar a aparente consistência desse bordão e perguntar, por exemplo, se o conceito feminista de gênero é mesmo totalitário e doutrinador. Um conceito que reivindica igualdade de gênero e respeito pela diversidade sexual pode mesmo ser autoritário e antidemocrático? Imaginar um mundo sem discriminação, exclusão e violência é repudiar a democracia ou impor modos de vida? Ou, ao lutar para eliminar desigualdade, violência a discriminação que decorrem do binarismo de gênero não estamos apenas, como sublinha Judith Butler, reconhecendo a complexidade humana e abrindo espaços para que as pessoas encontrem seu próprio caminho na pluralidade do mundo?

“Ideologia de gênero”

PARA SABER MAIS

ABGLT, Ação Educativa, ANTRA, CLADEM Brasil, CONECTAS, NUH-UFMH, SPW (2021) *Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de estado, legislação, mobilização social*. Disponível em <https://sxpolitics.org/ptbr/ofensivas-antigenero-no-brasil-politicas-de-estado-legislacao-mobilizacao-social/12156>

Barbieri, T. (1991). Sobre la categoría género: una introducción teórico-metodológica [Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica]. In Azeredo, Sandra; Stolcke, Verena (Ed.), *Direitos reprodutivos*, (pp. 25–45). Fundação Carlos Chagas.

Butler, J. (2019). *Precisamos parar o ataque à ‘ideologia de gênero*. Disponível em <https://sxpolitics.org/ptbr/judith-butler-precisamos-parar-o-ataque-a-ideologia-de-genero/9094>. Acesso em 16 de julho de 2021.

Corrêa, S. (2018). A política do gênero: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu* 53. Artigo e185301.

Corrêa, S., & Kalil, I. (2020). *Políticas Antigênero en America Latina: Brasil* [Política antigênero na América Latina: Brasil] . ABIA.

Gonçalves, E., & Mello, L. (2017). Apresentação: gênero - vicissitudes de uma categoria e seus “problemas”. *Ciência e Cultura*, 69(1), 26-30. <https://dx.doi.org/10.21800/2317-66602017000100012>

ARTIGOS E LIVROS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Case, M. A. (2011). *After gender the destruction of man – The Vatican’s nightmare vision of the ‘gender agenda’ for law* [Após gênero, a destruição do homem – A visão pesadelo do Vaticano da “pauta gênero” por lei]. *Pace Law Review* 31 , 802 – 817.

Schooyans, M. (1997). *L’Évangile face au Désordre Mondial* [O evangelho face à destruição mundial]. Paris: Fayard.

Smith, D. (1993). The Standard North American family: SNAF as an ideological code [A família norte-americana padrão: FNAP como um código ideológico]. *Journal of Family Issues* 14(1), 50–65.

“Ideologia de gênero”

LITERATURA ANTIGÊNERO

Laje, A., & Marquez, N. (2016). *O livro negro da nova esquerda*. Danúbio.

O’Leary, D. (2008). *Agenda de gênero*. Disponível em <http://acordaterradesantacruz.com.br/wp-content/uploads/2013/03/Agenda-de-Genero-grp.pdf>

Scala, J. (2010). *Ideologia de gênero: neototalitarismo e a destruição da família*. Editora Kathechesis.